



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2015/09/11

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2015

----- Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão da Junta de Freguesia da Balança, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e quinze da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois e treze, de doze de setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;-**
- 3. Análise e votação de Proposta sobre a Participação variável no IRS;-----**
- 4. Análise e votação de Proposta sobre a Derrama;-----**
- 5. Análise e votação de Proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----**
- 6. Análise e votação da quarta revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze; -----**
- 7. Análise e votação de adesão do Município de Terras de Bouro ao Fundo de Eficiência Energética;-----**
- 8. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.-----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Coelho Alves, assumiu a presidência da Mesa e dos trabalhos desta sessão, ocupando o Senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e a Senhora Marinha Esteves o lugar de Segundo Secretário. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Senhores Vereadores, Dr.^a Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado as faltas justificadas do senhor deputado Agostinho Moura, que foi substituído, nos termos da Lei, pelo senhor deputado Alberto Casimiro, da senhora

Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, substituída nos termos da Lei pelo senhor Secretário, senhor Sérgio Gabriel Monteiro Ferraz e ainda a falta do Sr. Presidente da União de Freguesias de Chamoim e Vilar. -----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia. O senhor Vítor Fernandes informou então que chegaram aos serviços da Assembleia Municipal duas justificações de ausência para esta sessão, a saber, do senhor deputado Agostinho Moura e da senhora presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, ambos substituídos nos termos da Lei. Informou também que a Assembleia Municipal de Terras de Bouro recebeu um convite para as conferências “O futuro da Economia Portuguesa”, a decorrer em Ofir, outro convite para estar presente na *Municipalia*, feira internacional de equipamentos e serviços municipais, em Lleida, Espanha, e ainda o jornal “Vozes das Misericórdias”. As informações foram colocadas à disposição para consulta. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal interveio logo depois para agradecer a disponibilidade e simpatia da Junta de Freguesia da Balança em acolher a Assembleia Municipal, ressaltando o espaço onde a reunião hoje decorrer e a sua recuperação, expressando os seus parabéns ao executivo local pelo trabalho feito, deixando o senhor presidente da Assembleia Municipal um voto e a vontade aos restantes presidentes de juntas de freguesia de que será sempre um prazer e uma honra a realização das sessões da Assembleia Municipal nas freguesias. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, para informar que votaria contra, nada mais acrescentando. Registada esta posição, a ata foi apresentada à votação, tendo sido aprovada por maioria com o voto contra do senhor deputado da CDU, senhor Alexandre Pereira e a abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covide. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da Assembleia Municipal: Manuel Tibo, presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, Manuel Joaquim Sousa, deputado do MPT, Alexandre Pereira, deputado da CDU, José Alberto Martins, deputado da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, Manuel Cerqueira, deputado da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, João Luís Esteves, deputado da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, Vítor Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, Adriano Afonso, deputado da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, Sónia Coura, deputada

da Coligação “Juntos por Terras de Bouro” e Filipe Mota Pires, deputado do Partido Socialista. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal concedeu então a palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, Manuel Tibo, que iniciou a sua intervenção com cumprimentos dirigidos à mesa e a todos os presentes. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Moimenta quis deixar um repto à Câmara Municipal e que se tratou de manifestar a vontade dos comerciantes da sede do concelho para que, no próximo ano, integrassem a comissão organizadora das festas concelhias, de forma a poder colaborar e contribuir junto do município para que as festas tenham a dimensão que merecem. O senhor Manuel Tibo assumiu assim o desejo que existe nos comerciantes para integrarem a comissão organizadora e melhorarem o programa das festas concelhias. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal concedeu de seguida a palavra ao senhor deputado do MPT, Manuel Sousa que procedeu à sua intervenção da forma que de seguida se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais, -----

Caros cidadãos, -----

O meu agradecimento à Junta de Freguesia da Balança por nos ter recebido para esta Reunião de Assembleia Municipal. -----

Corte no Apoio aos Clubes de Futebol. Na sessão de 27 de Junho de 2014, questioneei, nesta assembleia, os critérios do Executivo Municipal para atribuição de subsídios a instituições e associações, dependendo da sua importância e utilidade para as populações e para a projeção do concelho. Na sua intervenção, o senhor presidente da câmara explicou e até deu o exemplo do apoio ao desporto pela importância e pelos resultados obtidos. Atualmente, o concelho de Terras de Bouro é representado pelo Grupo Desportivo do Gerês e pela Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro, que são as únicas com valor e projeção dos eventos desportivos do concelho, que pela sua importância deveriam ter mais consideração por parte dos vários executivos e com mais apoios no desenvolvimento de infraestruturas desportivas. No caso do G. D. do Gerês, a Câmara Municipal só contribuiu com as obras necessárias no campo de futebol da Pereira porque o clube subiu de divisão. No caso de Terras de Bouro, com a subida de divisão, seria

necessário o aumento do campo, para corresponder às medidas exigidas. Se bem se lembra, o Sr. Presidente chegou mesmo publicamente a dizer para o clube descer de divisão. Em anos anteriores, que coincidiram com o período eleitoral, existiam subsídios, apoio aos clubes do Gerês e Terras de Bouro; porém, em 2015, reduziram as comparticipações. Qual o motivo para que tenham diminuídos os apoios? Que alternativas foram pensadas para substituir o modelo existente? Vai construir infraestruturas em substituição dos financiamentos? Sempre tive curiosidade em saber as razões de dizer que o Terras de Bouro deveria descer de divisão. Está com isto a desprestigiar um clube que representa o município? Ao ter esta atitude acredito que exista um mal-estar na população de Terras de Bouro por causa destes comentários.

Centro Interpretativo da Serra Amarela. Mais uma vez aqui me refiro ao Centro Interpretativo da Serra Amarela, no edifício da EDP. Sabemos que foram contratadas duas pessoas (como sempre da militância do Partido Socialista) para uma obra que não está concluída porque, a ver pelos arranjos exteriores que estão por terminar, e estamos no final do Verão, quando a suposta obra de utilidade turística já deveria estar concluída e em pleno funcionamento na principal época de verão. Estranho também já existir a contratação de dois funcionários para lugares sem função.-----

Refugiados. Os acontecimentos recentes das migrações de refugiados para Europa e entre os países europeus têm estado na ordem do dia. Apesar de geograficamente afastados dos acontecimentos, não podemos ficar alheios e indiferentes a este flagelo, de populações que fogem da morte, mas que se confrontam com a morte em cada etapa da sua caminhada. Não estamos perante migrações na procura de melhores condições de vida, estamos sim, perante questões de sobrevivência. O MPT, desde o início desta vaga de refugiados, exigiu no Parlamento Europeu uma tomada de posição entre os líderes dos vários países, para que a Europa não construa muros, mas seja fiel no cumprimento dos valores europeus que estão na base da construção da União Europeia, que é essencialmente um projeto de paz. Como partido humanista, o MPT apoia iniciativas que os municípios portugueses venham a desenvolver para apoio a estes refugiados. Pretendo com isto dizer que confiamos no Senhor Presidente e restante executivo na criação e na participação em projetos que venham a existir, assim como considero importante o apoio desta Assembleia na discussão e aprovação desses projetos caso seja necessária a sua intervenção. Sem mais de momento, obrigado." -----

(Fim da intervenção do senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa.) -----

----- Seguidamente, o senhor presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor deputado Alexandre Pereira que procedeu à sua intervenção da forma que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- *“Ainda antes do ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Alexandre Pereira, que começou por dizer que votou contra a ata na última Assembleia Municipal, porque não traduzia a explicação que quis dar quanto ao pedido de esclarecimento pelo Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Chorense em 24 de abril, sobre a descriminação no cumprimento institucional que se faz na Assembleia Municipal, relegando os Presidentes da Junta para os “Eleitos de Segunda”, e segundo o Sr. Alexandre Pereira apurou, teve o abanar de cabeça dos restantes Presidentes de Junta. A explicação que pretendeu dar é que não constava na ata, não traduzia um verdadeiro esclarecimento. As eleições autárquicas são compostas por três boletins de voto: Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. À Camara Municipal compete apresentar as propostas, e após a sua deliberação entre o executivo em permanência e a oposição, apresentá-las na Assembleia Municipal para serem ratificadas pelos eleitos representantes do povo do concelho. A presença dos Srs. Presidentes de Junta na Assembleia Municipal assentava no modelo que, através de grupos de Presidentes de Junta organizados, propunham obras para as respetivas freguesias e depois as aprovavam. Existem também Concelhos em que o Presidente da Câmara nunca lá passa, aí a presença do Presidente da Junta em Assembleias Municipais é fundamental para reivindicar as carências na sua freguesia, ou mesmo apontar a descriminação política de que a sua freguesia é alvo. No nosso Concelho em que os Presidentes se encontram várias vezes ao dia e que é estabelecido pelo Sr. Presidente da Camara Municipal as reuniões com os vários Presidentes de Junta, para elaborarem os planos de atividades para cada uma delas, aí tudo fica diferente. Então aqui podemos perguntar o que fazem os Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais, se com eles está tudo bem nas suas freguesias? Então porque são os Eleitos na Assembleia Municipal apontar problemas, erros, defeitos, nas freguesias? Porque devem os Presidentes de Junta ter influência direta nas votações, nas aprovações e nas ratificações das decisões tomadas pelo executivo? Porque não fica esse cargo ao cuidado dos Eleitos e os Presidentes falam das freguesias?-----
É assim hoje, foi sempre no passado por vezes a pensar em favorecer a sua freguesia. Também pela forma e formato da Assembleia Municipal, percebe-se que para uns é uma seca, para outros a senha dá-lhes jeito.” -----*

(Fim de citação e da intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira.) -----

----- Sobre esta última intervenção, o senhor presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para sublinhar que as atas da Assembleia Municipal, depois de requeridas as eventuais correções ou alterações por motivo fundamentado, são corrigidas e estão disponibilizadas na página web do município e onde poderá ser confirmado o seu teor. Para discutir este assunto, lembrou o senhor presidente da Assembleia Municipal, há um período próprio que não o de “Antes da Ordem do Dia”, mas no momento da apreciação e votação da ata da sessão anterior deste órgão. -----

----- O senhor Alexandre Pereira usou novamente da palavras para concluir a sua intervenção, referindo que o local onde decorre a sessão do dia de hoje desta Assembleia lhe traz à memória tristes recordações, pois foi aqui que a Assembleia Municipal, em dois mil treze, por maioria, com o seu voto contra e dos três senhores presidentes das Juntas de Freguesia extintas, deliberou aprovar uma proposta de agregação de três freguesias do concelho, a saber, Brufe, Monte e Vilar. -----

----- Após estas intervenções, iniciou-se o primeiro período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor presidente da Câmara Municipal, não sem antes dirigir cumprimentos à mesa e a todos os presentes, em especial ao executivo da Junta de Freguesia da Balança pela receção à Assembleia Municipal. A propósito, o senhor presidente da Câmara Municipal informou, com a anuência do senhor presidente da Assembleia Municipal, que a sessão de fevereiro de dois mil e dezasseis será, em princípio, na União de Freguesias de Chamoim e Vilar, já que a última sessão ordinária de dois mil e quinze, a realizar provavelmente em novembro, será no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

----- Prossequindo a sua intervenção, o senhor presidente da Câmara Municipal manifestou e destacou o seu reconhecimento e agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro e a outras instituições de Bombeiros, bem como às restantes entidades envolvidas nos incêndios florestais e rurais dos meses de julho e agosto que assolaram o concelho, como a EDP, a GNR, as juntas de freguesia, a Igreja, etc., pela forma empenhada e pela excelente colaboração que prestaram no combate aos incêndios que, como é sabido, provocaram inúmeros prejuízos materiais e ambientais. -----

----- Continuando e já sobre a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, o senhor presidente da Câmara Municipal sublinhou que o programa das festas concelhias deste ano talvez não tenha sido o mais apelativo, mas foi o possível dentro das restrições e obrigações financeiras a que o município está sujeito.

Exemplificando, lembrou que a contratação de dois grupos musicais de projeção nacional representam sempre uma despesa de quarenta a cinquenta mil euros, montantes que o município não pode, de forma alguma, despende neste momento. Apesar do programa das festas concelhias ter sido marcado pela contenção de custos, o senhor presidente referiu que houve momentos de grande presença de público, como o festival folclórico, a tradicional corrida de cavalos, os atos religiosos e a noite popular de segunda-feira, dia dez de agosto, tendo constatado que o comércio local não deixou de registar um forte movimento de clientes. Sobre o repto e a sugestão deixada pelo senhor Manuel Tibo, presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, é uma proposta ou sugestão que o agrada, manifestando total abertura para que isso se concretize, já que a integração dos comerciantes locais na comissão e organização das festas concelhias representa uma mais-valia muito significativa para mesmas. Ainda sobre esta temática de realização e dos apoios às festas no concelho, o senhor presidente da Câmara Municipal informou que o aumento do apoio financeiro às festas em honra de Santa Eufémia da Vila do Gerês, que se registou neste ano, representa a vontade do executivo em diversificar os apoios e contribuir para a dignidade e o desenvolvimento daquelas festas que se realizam na Vila do Gerês com um enorme esforço financeiro e grande dedicação por parte da população local e da comissão de festas. -----

----- À intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, o senhor presidente começou por esclarecer que no concelho não há só duas coletividades desportivas mais representativas, mas sim três coletividades. Além da Associação Desportiva de Terras de Bouro e do Grupo Desportivo do Gerês, mencionadas pelo senhor deputado do MPT, há ainda o Grupo Desportivo de Rio Caldo, que tem sido uma verdadeira escola de educação pelo desporto, neste caso na modalidade de futsal, tendo atingido já um patamar de grande destaque na área da Associação de Futebol de Braga, com um excelente trabalho e brilhantes resultados ao nível das camadas jovens. Salientou ainda as provas de *BTT* organizadas pela Associação Desportiva e Cultural de Chorense e todas as que o município tem apoiado, num claro incentivo ao desporto e à promoção do concelho. Esclareceu que os apoios financeiros à Associação Desportiva de Terras de Bouro e ao Grupo Desportivo do Gerês têm sido reduzidos no escalão sénior por razões imperiosas de gestão financeira da autarquia, sublinhou, mas os incentivos aos escalões de formação continuam idênticos aos dos anos anteriores e serão para manter. Há efetivamente uma redução nos apoios financeiros

ao escalão sénior, mas continuam os mesmos apoios materiais das épocas anteriores, como o transporte dos jogadores. Apesar da redução, o apoio financeiro continua a ser significativo, de cerca de setenta mil euros por ano só para o futebol federado, o que contraria claramente a ideia de que se abandonou o apoio ao desporto, como foi referido pelo senhor deputado Manuel Sousa. É necessário que as direções dos dois clubes concelhios que participam nas provas de futebol organizadas pela Associação de Futebol de Braga possam rever as opções tomadas na contratação de jogadores seniores, avançou o senhor presidente, pois há plantéis acima das possibilidades reais das coletividades e o município deve consciencializar e alertar as direções para esse facto. A redução dos apoios financeiros ao escalão sénior não causa qualquer mal-estar entre a população, bem pelo contrário, pois está convencido de que a quase totalidade da população do concelho está de acordo com as medidas tomadas pelo executivo, pois são medidas realistas e adequadas. Neste capítulo, o senhor deputado do MPT está equivocado, comentou o senhor presidente. Relativamente às obras efetuadas no Campo da Pereira, no Gerês, no ano de dois mil e doze, a câmara municipal procedeu à requalificação daquele recinto desportivo sem qualquer pressão que tivesse resultado da subida de divisão por parte do G. D. do Gerês, mas tão só para proporcionar aos munícipes do vale do Cávado as mesmas condições desportivas que já existiam há vários anos na sede do concelho para os munícipes do vale do Homem. Tratou tão só de uma medida de coesão territorial. -----

----- Sobre a necessidade de obras no campo de futebol municipal na sede do concelho, utilizado pela Associação Desportiva de Terras de Bouro, o senhor presidente esclareceu o seguinte: "O escalão sénior da Associação Desportiva de Terras de Bouro participa no campeonato "Pró-Nacional" da Associação de Futebol de Braga, que obriga a que os recintos desportivos desta competição tenham no mínimo sessenta metros de largura e cem metros de comprimento. O Campo Municipal cumpre estas exigências quanto ao comprimento, mas precisa de aumentar em cerca de seis metros a sua largura, situação de difícil solução, pois implica a construção de uma placa em betão sobre o ribeiro do lado sul ou a demolição das bancadas do lado norte. Qualquer uma destas soluções, que obrigariam sempre à colocação de um novo piso de relva sintética, acarretaria custos superiores a duzentos e cinquenta mil euros, que o orçamento municipal não pode, neste momento, suportar. Por isso, o presidente da câmara tem afirmado que seria preferível que o escalão sénior da Associação Desportiva de Terras de Bouro competisse numa divisão inferior da A. F. Braga e pudesse jogar no Campo Municipal, pois só assim se justifica a existência de um clube

local que é jogar na sua localidade e, para além de promoção desportiva, possa contribuir para alguma dinamização do comércio local no dia dos jogos em “casa”. Ao jogar sempre “fora de portas” no escalão sénior, e só no escalão sénior, frisou o senhor presidente, a Associação Desportiva de Terras de Bouro não cumpre a sua verdadeira função, reconhecendo que nas camadas jovens tem feito e continua a fazer um excelente trabalho. Não sendo possível a concretização das obras no recinto desportivo pelas razões apresentadas e sendo fundamental que a equipa sénior faça os seus jogos “em casa”, e não num recinto desportivo fora do concelho, seria preferível que descesse de divisão e pudesse jogar em Terras de Bouro. É esta a posição que o presidente da câmara tem manifestado publicamente sobre este assunto. Não se trata de desprestigiar um clube representativo do concelho, mas antes de encarar a realidade: os clubes locais existem para fomentar o desporto nas localidades onde estão inseridos e isso não está a acontecer no escalão sénior. -----

----- No que diz respeito ao Centro Interpretativo da Serra Amarela, o senhor presidente começou por agradecer e reconhecer todo o trabalho da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para que a estrutura esteja em funcionamento e com funcionários competentes e registou com agrado as muitas visitas de turistas a esse local. Relativamente à seleção dos recursos humanos para essa estrutura, foi a própria Junta de Freguesia que procedeu a tal seleção sem qualquer indicação de nomes ou interferência por parte do presidente da câmara ou de outro membro do executivo em permanência, como pode ser comprovado pela presidente dessa Junta de Freguesia. Lembrou que a Junta de Freguesia do Campo do Gerês pertence ao PSD/CDS-PP, como o senhor deputado Manuel Sousa bem sabe, e por isso rejeita a acusação do senhor deputado de que o presidente da câmara tenha “contratado duas pessoas, como sempre da militância do Partido Socialista”, quando a contratação é unicamente da responsabilidade da Junta de Freguesia. Esta acusação não tem, por isso, qualquer fundamento ou sustentabilidade, concluiu. Sobre o alegado “edifício da EDP”, como o senhor deputado Manuel Sousa sempre insiste, e como já foi referido e esclarecido noutras ocasiões, a EDP cedeu este edifício à câmara municipal por cinco anos, com renovação automática de até atingir cinquenta anos. Por isso, em termos práticos e em termos jurídicos, esse edifício é do Município e não da EDP. -----

----- Para finalizar as respostas às questões e assuntos colocados pelo senhor deputado Manuel Sousa, o senhor presidente concordou com a preocupação manifestada sobre a situação dos refugiados que entram no espaço europeu fugindo

da guerra que se vive em alguns países do médio oriente e, de facto, não é possível ficar indiferente a este flagelo social de populações em fuga que se confrontam com a morte ou com o abandono em cada etapa da sua caminhada. O senhor presidente garantiu que o Município de Terras de Bouro estará disponível para colaborar em ações de apoio aos refugiados de modo a diminuir a calamidade social que essas pessoas estão a viver. -----

----- Já sobre a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o senhor presidente da Câmara Municipal referiu que as propostas de correção às atas das sessões da Assembleia Municipal são sempre atendidas pela Mesa deste órgão, quando tal se justifica e, por isso, não compreende os reparos sobre as atas. Já quanto às “tristes recordações” que este local lhe traz sobre a reforma administrativa das freguesias do concelho, o senhor presidente da Câmara lembrou que a proposta aprovada pela Assembleia Municipal permitiu que a freguesia do Campo do Gerês não fosse agregada a outra freguesia. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado José Alberto Martins, com cumprimentos iniciais dirigidos a todos os presentes e agradecimentos à Junta de Freguesia da Balança por acolher esta sessão da Assembleia Municipal. O senhor deputado referiu-se depois às necessidades de investimento público e privado de que o município precisa e a propósito apresentou a hipótese da existência de um orçamento participativo por parte do município e onde se pudessem fazer ou apresentar propostas até um milhão de euros para despesas de capital. Seria muito importante, frisou o senhor deputado, que se ajudasse a incrementação do investimento privado, dando como exemplos o Parque Industrial de Moure, na Balança, para fomentar esses investimentos junto das empresas ou também a possibilidade de tratamento de resíduos florestais. Continuando, questionou o senhor presidente da Câmara sobre a veracidade de uma notícia que foi avançada em alguns jornais, segundo a qual estão previstos para Terras de Bouro investimentos na ordem dos trinta e seis milhões de euros, o que é algo estranho, já que só no Parque das Gordairas o município perdeu um investimento de cerca de um milhão e duzentos mil euros. Seguidamente e sobre a Casa dos Bernardos, assunto abordado na última sessão, nomeadamente na sua condição de equipamento turístico pouco apelativo, o senhor deputado José Alberto Martins pediu ao senhor presidente os dados da taxa de ocupação desse equipamento. Prosseguindo e falando agora das candidaturas aos fundos comunitários em regime de *overbooking*, a verdade é que do valor total apresentado, que se situa em cerca de um milhão, trezentos e setenta mil euros,

apenas foram aprovados até ao momento investimentos de quarenta e três mil euros, manifestamente pouco quando comparados com os valores alcançados nos concelhos vizinhos, nomeadamente Vila Verde que chegou ao milhão e duzentos mil euros. Por último, o senhor deputado José Alberto Martins mencionou a pertinência dos assuntos apresentados pelos presidentes das Juntas de Freguesia neste órgão e ele próprio gostaria de falar de um assunto da sua freguesia, que se prende com o Campo de Tiro de Chorense. Um espaço lindíssimo, na sua opinião e que poderia ser aproveitado de uma forma social, por exemplo, entregá-lo aos escuteiros de Chorense. Feita esta proposta, terminou a sua intervenção. -----

----- Interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira com cumprimentos iniciais aos membros desta Assembleia e apresentando de seguida ao senhor presidente da Câmara Municipal a recomendação da construção de um muro de suporte ao talude adjacente no parque do Banco do Ramalho, uma área que está muito exposta com o anterior abate das árvores ali efetuado, seria bom resguardar aquela zona que, como se sabe, confina com a estrada nacional. Depois o senhor deputado Manuel Cerqueira questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre o estado do atual passeio de madeira junto ao Posto de Turismo de Rio Caldo e também sobre o facto de os parcómetros da vila do Gerês se encontrarem mais vezes avariados do que a funcionar. Por último, o senhor deputado Manuel Cerqueira comunicou também a sua demissão do Conselho Municipal de Turismo, pois, na sua opinião, tal órgão não está a funcionar como devia e terminou a sua intervenção dando os parabéns ao senhor presidente pela posição assumida relativamente à redução dos subsídios ao futebol, mas lembrou que o senhor presidente já defendeu neste órgão a atribuição de subsídios mais elevados, alegando que as equipas de Terras de Bouro não podiam ser goleadas e humilhadas pelas outras equipas com quem competiam e agora parece não ter essa preocupação. -----

----- Posteriormente, assumiu a palavra o senhor deputado João Luís Esteves para perguntar ao senhor presidente da Câmara o ponto da situação da sinalização do Trilho das Casarotas e ainda sobre o “desaparecimento” de um espelho de água em Brufe. Continuando a sua intervenção, o senhor deputado João Luís Esteves abordou o problema de muitos turistas se terem perdido por falta de sinalização dos trilhos, durante o verão, situação para a qual há muito se vem alertando. Lembrou que os trilhos foram, ao longo dos anos, motivo de forte investimento, mas nos últimos seis

anos ficaram degradados, situação que deve ser rapidamente melhorada, rematou o senhor deputado. -----

----- Assumiu novamente a palavra o senhor presidente da Câmara Municipal para novo período de respostas aos senhores deputados. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, o senhor presidente da Câmara Municipal afirmou que a questão do orçamento participativo é controversa, em especial se associarmos o montante de um milhão de euros para as propostas a apresentar, pois a autarquia não possui orçamento ou financiamento para tais propostas. Como é sabido, o orçamento municipal é francamente limitado e não suporta a inclusão de propostas de montantes elevados, a não ser que tais propostas possam ser objeto de candidatura aos fundos comunitários. A propósito do orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, a ser apresentado na próxima sessão deste órgão, o senhor presidente deixou o apelo aos elementos da Assembleia Municipal para que façam chegar, o mais rápido possível, as sugestões ou propostas que acharem oportunas. Relativamente à necessidade de investimento público e privado no concelho, é um facto que o investimento público no concelho por parte do Governo tem diminuído e a prova disso mesmo foi a extinção do PIDDAC, sublinhou o Senhor Presidente. Quanto ao investimento público da responsabilidade da autarquia, tem-se registado algum investimento em várias áreas, como provam os documentos de prestação de contas dos últimos seis anos. É verdade que seria desejável mais investimento público, mas a situação financeira do país e dos municípios não permite esse investimento. -----

----- Sobre a dinamização do Parque Industrial de Moure, na Balança, o senhor presidente da Câmara Municipal informou que o município já efetuou contactos junto de várias empresas para ali se instalarem, com preços de renda do espaço simbólicos, mas ainda não apareceu qualquer investidor. De qualquer modo, a autarquia está atenta à possibilidade de criar condições de dinamização empresarial nesse espaço através de candidaturas no âmbito do novo quadro de apoios comunitários. -----

----- No que diz respeito à notícia difundida em alguns jornais sobre a previsão de investimentos nos próximos anos no concelho de Terras de Bouro, no montante de trinta e seis milhões de euros, o senhor presidente da Câmara Municipal explicou que o atual Quadro Comunitário de Apoio obriga os municípios a mapearem ou a apresentarem desde já todas as intenções de projetos que possam ser cofinanciados pelos fundos comunitários no seu território, até ao ano de dois mil e vinte. Deste modo, o município de Terras de Bouro, em conjunto com algumas instituições do concelho,

elaborou uma lista de projetos e de previsão de investimentos. Na verdade, o montante global de todos os investimentos desde já previstos situa-se nos trinta e seis milhões de euros, mas abarca projetos municipais, projetos de instituições como as IPSS do concelho, projetos com organismos do estado, como o IEFP, DGEST, ISS, etc. O executivo municipal em permanência tem perfeita noção de que será impossível concretizar tão elevado investimento até ao ano de dois mil e vinte e dois, mas se os projetos não estiverem desde já previstos e mapeados, não poderão ser candidatados se abrirem candidaturas para as suas tipologias. Mais vale pecar por excesso do que por defeito, concluiu o senhor presidente. -----

----- Continuando a responder ao senhor deputado José Alberto Martins e sobre o pedido de informação relativamente à ocupação da Casa dos Bernardos, o senhor presidente comunicou que, neste ano e até ao momento, frequentaram aquela casa de turismo em espaço rural mil e cinquenta pessoas. De seguida e sobre a questão das candidaturas aos fundos comunitários, através do Programa Regional ON2 em regime de *overbooking*, o senhor presidente da Câmara explicou que os valores a que o senhor deputado fez referência na sua intervenção dizem respeito a obras executadas ou fase de conclusão candidadas pelos seis municípios da CIM do Cávado. O município de Terras de Bouro apresentou candidaturas de obras já executadas no montante de quatrocentos e oitenta e um mil euros, mas apenas foi aprovada a candidatura do passeio pedonal em madeira na área do posto de turismo de Rio Caldo. As outras obras candidadas, todas respeitantes a pavimentações de ruas e vias de acesso, não foram candidadas na tipologia de acessibilidades uma vez que tal tipologia não estava contemplada no regime de *overbooking* do ON2. O Município candidatou essas pavimentações dentro da tipologia de reabilitação urbana, mas não foram aprovadas pelo ON2, uma vez que não apresentavam enquadramento nem consistência quanto ao projeto em obras de reabilitação urbana. Se outros municípios tiveram mais candidaturas aprovadas do que o município de Terras de Bouro, como o município de Vila Verde, referido pelo senhor deputado José Alberto Martins, resulta do facto de terem obras executadas dentro das tipologias elegíveis. A propósito das candidaturas em regime de *overbooking*, o senhor presidente lembrou que o Município de Terras de Bouro também apresentou ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) candidaturas no montante de quinhentos e oitenta mil euros, relativas a redes de abastecimento de água e de saneamento básico e que aguarda a decisão sobre tais candidaturas. Outros municípios que integram a CIM do

Cávado não apresentaram candidaturas nesta tipologia porque não tinham executado obras nestas áreas. As candidaturas em regime de *overbooking*, destinadas a obras executadas ou fase final de execução, dependem muito das tipologias que os programas regionais ou temáticos dos fundos comunitários decidirem abrir, esclareceu o senhor presidente. -----

----- Por último e ainda a respeito da intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, agora sobre a cedência das instalações do Campo de Tiro de Quintela, na freguesia de Chorense, ao Agrupamento de Escuteiros daquela freguesia, o senhor presidente afirmou que, apesar de ser um espaço municipal, em boa verdade sempre pertenceu ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de Bouro. Alguns dos seus fundadores, que todos conhecemos e admiramos o seu trabalho dentro da nossa comunidade, já falecidos e que merecem aqui ser mencionados e recordados, o senhor Júlio de Amorim Cerqueira, o senhor Manuel Batista Cracel e o senhor Alvim Barroso, construíram o “campo de tiro aos pratos de Quintela” com enorme esforço e dedicação, contando com o apoio da Câmara Municipal, então liderada pelo Dr. Fernando Ferreira, e também com o apoio de alguns empreiteiros locais. Mais comunicou o senhor presidente que oportunamente levará ao Executivo Municipal e à Assembleia Municipal uma proposta sobre o futuro daquele espaço que, no seu entender, é justo que concretize legalmente a sua doação ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de Bouro, pelas razões expostas, reconhecendo que, pelo uso e pelas benfeitorias, aquele espaço sempre pertenceu a esse Clube. -----

----- De seguida e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o senhor presidente registou a sugestão sobre a construção de um muro de suporte adjacente ao parque do Banco do Ramalho, questão a ser colocada aos técnicos da autarquia. Quanto ao tratamento da madeira do passeio pedonal em Rio Caldo, o mesmo já estava previsto há algum tempo, mas aconteceu um atraso na entrega do produto, entretanto resolvido, e rapidamente se executará o tratamento da madeira. No que diz respeito aos parómetros da vila do Gerês, o senhor presidente sabe que avariam com alguma frequência pela incúria de alguns condutores ou utilizadores que, propositadamente, colocam moedas estranhas ao euro e outros objetos na ranhura das máquinas, inutilizando-as. Sempre que os serviços do município são alertados para tais situações, atuam de imediato e procuram resolver o problema, que por vezes exige a presença de um técnico. Sobre a demissão do senhor deputado Manuel Cerqueira do Conselho Municipal de Turismo, agora comunicada, o senhor presidente da Câmara Municipal lamentou tal demissão e apelou ao senhor deputado que

reconsidere a sua decisão. Se tiver necessidade ou desejo de fazer reparos ou críticas à forma como o Conselho Municipal de Turismo funciona, que o faça na próxima reunião deste órgão consultivo. Relativamente às considerações feitas sobre a redução dos apoios financeiros às equipas de futebol do concelho, o senhor presidente registou com agrado a concordância do senhor deputado com essa redução. Já sobre os comentários do mesmo deputado a respeito da mudança de opinião agora manifestada pelo senhor presidente relativamente aos apoios financeiros ao escalão sénior do futebol, o senhor presidente comentou que é normal que, com a aprendizagem que a vida proporciona, se possa mudar de opinião, acrescentando que, mesmo com a redução dos apoios financeiros, o Grupo Desportivo do Gerês tem um apoio da autarquia de trinta mil euros por época desportiva e a Associação Desportiva de Terras de Bouro tem um apoio financeiro de quarenta mil euros. Com este apoio ainda é possível fazer equipas com alguma competitividade e capazes de resultados desportivos positivos, concluiu. -----

----- Logo depois, a intervenção do senhor deputado João Luís Esteves mereceu por parte do senhor presidente da Câmara Municipal as seguintes considerações e esclarecimentos: o trilho da Serra Amarela, por se situar em dois concelhos, teve como entidade responsável pela sua execução a ADERE-PG, com a colaboração de técnicos dos municípios de Terras de Bouro e de Ponte da Barca. A senhora engenheira Sónia Almeida, administradora delegada da ADERE-PG, foi contactada pelo senhor presidente da Câmara para resolver a falta de sinalização de um troço do referido trilho junto da empresa que executou o trabalho e essa empresa já foi alertada para essa anomalia, aguardando-se que termine rapidamente o trabalho que lhe foi adjudicado e pago. Quanto ao suposto desaparecimento de um espelho de água em Brufe, o senhor presidente desconhece a situação. Sabe que o espelho de água em causa resulta da colocação de uma estrutura em madeira no leito de um pequeno ribeiro, junto à estrada municipal, permitindo que as pessoas possam usufruir desse local. Provavelmente, devido ao reduzido caudal de água desse ribeiro, provocado pela falta de chuva, alguém retirou as tábuas da estrutura de modo a que a água possa correr e permitir a rega dos campos a jusante. Seja como for, o senhor presidente mandará verificar o que aconteceu. -----

----- No que diz respeito à situação dos trilhos em Terras de Bouro, o senhor presidente salientou que existem dezasseis percursos homologados, com uma extensão global de cerca de duzentos quilómetros. É difícil fazer a manutenção de tão

grande extensão de trilhos e recordou que o atual executivo municipal em permanência também tem investido na sua manutenção, como aconteceu recentemente com a limpeza total da estrada da Geira. Além disso, foram criados recentemente mais trilhos, como é o caso do Trilho da Serra Amarela e do Trilho do Sobreiral da Ermida, o que prova que tem havido investimento nesta área. -----

----- Continuando a sessão, iniciou a sua intervenção o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que, depois dos cumprimentos à mesa e restantes membros da assembleia, realçou a decisão do executivo em permanência pelo aumento do apoio financeiro à Festa de Santa Eufémia na Vila do Gerês, situação inteiramente justa. Prossequindo, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga demonstrou também a sua satisfação pela enorme afluência de turistas registada durante o último verão na zona do Gerês e que será também resultado dos eventos desportivos e culturais que se têm realizado ultimamente na região e que têm projetado a marca Gerês no país e no estrangeiro. Claro está, sublinhou, que esta situação traz responsabilidades acrescidas e também não é menos verdade que, devido à grande procura das nossas belezas naturais, surgiram constrangimentos também eles de certa forma normais, nomeadamente no trânsito. Sobre o Banco do Ramalho e as críticas que por vezes se fazem ao abandono daquele local, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga esclareceu que a propriedade e a responsabilidade pela manutenção do espaço são do ICNF e a Junta de Freguesia não pode intervir, mas está disponível para fazer a sua manutenção, sobretudo quanto à limpeza, como já tem acontecido. Por fim, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga quis deixar o seu alerta sobre a seguinte situação: desde junho que a empresa BRAVAL, por imposição do poder central, nomeadamente do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, deixou de recolher e tratar os resíduos resultantes de construções e demolições, o que, logicamente, trará a muitas empresas de construção civil inúmeros inconvenientes e problemas no tratamento a dar aos resíduos. Muitos desses resíduos, certamente, ficarão ao abandono ou serão feitos depósitos ilegais, pois as pessoas não podem suportar os encargos com a remoção e transporte dos mesmos para locais de depósito e tratamento muito distantes. Com efeito, estes materiais têm agora que ser levados a uma empresa, julga-se que em Vila do Conde, prevendo-se desde já o resultado desta situação. Seria fundamental, sublinhou o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, fazer chegar à tutela um alerta para o que esta situação poderá despoletar. -----

----- A sessão continuou logo de seguida, desta feita com a intervenção da senhora deputada Sónia Coura que apresentou ao senhor presidente da Câmara Municipal mais uma vez a sua preocupação pelo estado da via na curva do Barreiro, em frente à oficina de automóveis, que apresenta sinais de previsível desabamento. A situação da via poderá agravar-se com a entrada do inverno, o que faz aumentar a preocupação dos que ali circulam, entre eles os autocarros escolares. -----

----- O senhor deputado Adriano Afonso foi o interveniente seguinte e, depois dos cumprimentos iniciais, demonstrou a sua satisfação pela realização desta sessão da Assembleia Municipal na sua freguesia, a Balança, e neste espaço do Centro Cultural para o qual também contribuiu ao longo dos anos. Prosseguindo, aludiu à localização de um ecoponto na sua freguesia e se não seria possível a sua deslocalização dado que por vezes se torna complicado o seu acesso. Seguidamente fez referência às festas concelhias e de como será importante, já no próximo ano, a constituição de uma comissão de festas alargada aos comerciantes, como já foi referido e proposto nesta sessão pelo presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, no sentido de se criar e financiar um programa mais aliciante e apelativo. Sobre a requalificação das margens do Rio Homem, projeto que está em curso, o senhor deputado frisou os cuidados a ter com as mesmas, no que diz respeito à criação da ecovia e do seu impacto na zona. Relativamente à questão do Campo de Tiro de Chorense, o senhor deputado Adriano Afonso elogiou o trabalho dos seus fundadores e deixou a sua profunda manifestação de pesar pelo falecimento do senhor Júlio de Amorim Cerqueira, precisamente um dos fundadores e impulsionadores daquele espaço. Por último, o mesmo deputado abordou o caso dos turistas que se perdem durante a realização de trilhos no concelho, algumas vezes por não tomarem as devidas precauções, manifestando a sua preocupação com o tratamento que a comunicação social dá a estes casos, criando um certo alarmismo que prejudica a imagem o concelho. -----

----- Posteriormente coube ao senhor deputado Filipe Mota Pires o assumir da palavra. Deixando cumprimentos iniciais a todos os presentes e aludindo à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, ressaltou, realmente, a época excelente no domínio do turismo que caracterizou o Gerês, deixando claramente a ideia de que Terras de Bouro e o Gerês estão na moda. Esta situação, sublinhou o senhor deputado, deve-se, sem dúvida, aos recentes eventos desportivos e culturais de projeção internacional, às parcerias com a Associação Gerês Viver Turismo e a ATACE/Ermida, à concretização do Plano Estratégico para o

Desenvolvimento do Turismo em Terras de Bouro, além das propostas e sugestões manifestadas no Conselho Municipal de Turismo. Aliás, sobre este órgão, o senhor deputado Filipe Mota Pires apelou à reconsideração do senhor deputado Manuel Cerqueira sobre a sua decisão de se demitir desse órgão apresentada hoje. Ainda sobre o turismo no concelho, o senhor deputado Filipe Mota Pires assinalou a presença de muitos turistas estrangeiros, de várias nacionalidades, situação para a qual também contribuiu a criação da linha de transporte público entre o aeroporto do Porto e o Gerês. Também assinalou os eventos que promovem a gastronomia no concelho, bem expressa na criação e apresentação do roteiro gastronómico, que apresenta muita qualidade. Por último, o senhor deputado Filipe Mota Pires referiu-se aos últimos incêndios no concelho e quis, em nome do Partido Socialista, deixar uma palavra de agradecimento e apreço pelo trabalho de todas as entidades envolvidas, nomeadamente os bombeiros, proteção civil, juntas de freguesia e GNR. -----

----- Sobre estas últimas intervenções, assumiu novamente a palavra o senhor presidente da Câmara Municipal que começou por sublinhar a oportunidade do aumento do subsídio atribuído à Festa de Santa Eufémia, na vila do Gerês, situação elogiada pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. Congratulou-se com a afluência turística registada neste último verão no concelho que foi, sem dúvida, bastante significativa, fruto das iniciativas promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal ao longo do ano e que estão a contribuir para divulgar e promover Terras de Bouro e o Gerês. Concordou com a afirmação do senhor deputado Filipe Mota Pires ao dizer que "Terras de Bouro e o Gerês estão na moda".

----- Relativamente ao problema de falta de locais para depósito dos inertes resultantes de construções e demolições, assunto que considerou muito bem abordado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, uma vez que a BRAVAL deixou de executar tal recolha por imposição do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o senhor presidente manifestou a sua preocupação com esta situação e informou que a BRAVAL, empresa participada por seis municípios, entre eles o município de Terras de Bouro, tudo fez para reverter a decisão do Governo de lhe retirar a autorização para recolha de resíduos de construção e demolição, tendo inclusive havido reuniões e contactos entre os presidentes dos municípios e o Ministro do Ambiente, sem qualquer resultado quanto à alteração da decisão. A BRAVAL, além da proximidade ao concelho de Terras de Bouro, tinha uma tabela de preços bastante inferior a outras empresas que agora recebem esses resíduos. Não se compreende a decisão do Ministério do Ambiente e do Ordenamento

do Território, concluiu o senhor presidente, a não ser que se pretenda concessionar a recolha dos resíduos de construção e demolição a empresas privadas. -----

----- Sobre a intervenção da senhora deputada Sónia Coura, o senhor presidente da Câmara Municipal informou que o problema da estabilidade da via em causa será resolvido oportunamente, não se tratando de uma situação de emergência como a senhora deputada relata. -----

----- Seguidamente e comentando as palavras do senhor deputado Adriano Afonso, o senhor presidente referiu que irá inteirar-se da situação do ecoponto junto dos responsáveis do município por essa área e, quanto às festas concelhias, manifestou mais uma vez o seu agrado com a criação de uma comissão de festas alargada à sociedade civil e aos empresários locais, pois só assim será possível melhorar o seu programa e atrair mais gente às festas concelhias de Terras de Bouro. -----

----- Logo de seguida e sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Mota Pires, o senhor presidente subscreveu a dinâmica demonstrada no setor do turismo e aproveitou a ocasião para comunicar a presença da TVI na Feira de S. Martinho, a decorrer nos dias treze, catorze quinze de novembro, e a divulgação que o concelho terá por todo o mundo durante a tarde do dia quinze do novembro, pois o programa "Somos Portugal" será transmitido a partir de Terras de Bouro, à semelhança do ano anterior. Como fez o senhor deputado Filipe Mota Pires, o senhor presidente da Câmara Municipal terminou a sua intervenção neste período, reiterando os seus agradecimentos a todas as entidades envolvidas no combate aos últimos incêndios florestais, nomeadamente bombeiros, proteção civil, juntas de freguesia e GNR. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não tendo ninguém solicitado o uso da palavra. -----

----- Terminado este período de "antes da ordem do dia", entrou-se de imediato no tratamento dos pontos da Ordem de Trabalhos, que eram os seguintes: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;**
- 3. Análise e votação de Proposta sobre a Participação variável no IRS;-----**

4. **Análise e votação de Proposta sobre a Derrama;-----**
5. **Análise e votação de Proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----**
6. **Análise e votação da quarta revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil quinze; -----**
7. **Análise e votação de adesão do Município de Terras de Bouro ao Fundo de Eficiência Energética;-----**
8. **Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.-----**

----- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o senhor presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor presidente da Câmara que começou por apresentar a situação económica e financeira do Município, referindo o montante da receita e da despesa até ao dia três de setembro, a saber, o valor da receita é de seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa euros e um cêntimo e o valor da despesa de seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta e sete euros e noventa e dois cêntimos. -----

----- De seguida, o senhor presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e seis de junho, data da última sessão deste órgão, e o dia da presente sessão, tendo evidenciado o seguinte: "A intervenção em curso da requalificação da embarcação "Rio Caldo", com conclusão prevista para maio de dois mil e dezasseis; a rescisão por mútuo acordo do contrato laboral do senhor Engenheiro Alfredo Carvalho, sendo designada para a sua substituição, como dirigente intermédio da Unidade Orgânica de Serviços Urbanos e Ambiente, a senhora Engenheira Ida Sousa; a realização da IIª Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês, nos dias vinte e sete e vinte e oito de junho; a sessão sobre "Descontos Sociais de Energia"; o estágio da seleção portuguesa feminina de basquetebol de sub-dezoito em Terras de Bouro, entre os dias vinte e nove de junho e seis de julho; as Jornadas Interconcelhias de Bibliotecas Escolares; o Torneio Concelhio de Futsal, que consagrou o G.D. de Rio Caldo como vencedor; a abertura dos Postos de Informação Turística em Valdosende e no Campo do Gerês; as atividades do Projeto Bem Envelhecer III e do Centro Municipal de Valências; mais uma edição do evento "Moda em Movimento"; as Festas Concelhias; o XV Encontro Nacional de Poetas; as novas funcionalidades e conteúdos da nova página web do município. Informou sobre a XV edição da Feira-Mostra de S. Martinho nas Terras do Gerês, a realizar nos dias treze, catorze e quinze de novembro. Quanto a obras

municipais, de destacar o projeto de reabilitação das margens do Rio Gerês na vila do Gerês e a ampliação das instalações desportivas do complexo da Piscina Municipal. --

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se verificou qualquer intervenção. -----

----- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao senhor presidente da Câmara que afirmou a necessidade legal de se comunicar até trinta de novembro à Autoridade Tributária o valor a praticar pelo município sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis. Conforme a proposta apresentada em reunião do Executivo e que agora se apresenta à Assembleia Municipal, a taxa proposta é de zero, virgula três por cento, taxa mínima, sendo esta ainda reduzida em função dos dependentes a cargo no agregado familiar, nos seguintes moldes: redução de dez por cento com um dependente; redução de quinze por cento com dois dependentes e redução de vinte por cento com três ou mais dependentes a cargo. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o senhor deputado João Luís Esteves para ler a declaração de voto da "Coligação Juntos por Terras de Bouro" que justifica a opção tomada e que se apensa à documentação desta sessão. -----

----- Igualmente sobre este ponto interveio o senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, conforme declaração de voto que, de seguida se transcreve:-----

"Através da introdução legislativa, n.º 13.º, do artigo 112.º do CIMI, pela primeira vez na história dos impostos sobre o património foi manifestado clausulado com intervenção de carácter social, permitindo a redução do IMI, Imposto Municipal sobre Imóveis, em função da dimensão dos agregados familiares, no pagamento deste imposto para quem tiver habitação própria e permanente no concelho. -----

Saúda-se a iniciativa governamental e nunca a compostura municipal que não teve qualquer iniciativa do género - simplesmente anuiu à iniciativa. -----

Pelo que esta declaração de voto não é para reforçar o nosso voto favorável à iniciativa municipal mas para agradecer à Sr.ª Ministra das Finanças ou quem tenha tido esta louvável iniciativa e ao mesmo tempo, fazer-lhe ver, que para municípios como os de Terras de Bouro, aonde as estradas municipais estão em mau estado, os equipamentos desportivos, ou são requintadamente inúteis ou obsoletos (veja-se o Campo Municipal), a rede de saneamento é deficitária, o abastecimento de água padece do mesmo problema, o ordenamento urbano está praticamente inalterado há

mais de 10 anos, etc, etc, etc, que os limites de redução de IMI, fixados na lei, estão muito baixos. Para um município que não tem uma biblioteca pública, um equipamento de lazer, um circuito de manutenção física e que não teve a simples iniciativa de construir pista de BTT, por exemplo, as reduções sociais agora aprovadas, para o concelho de Terras de Bouro são extremamente baixas. -----

Um casal com filhos, com residência fixa em Terras de Bouro, município este que teve desde 2012 um acréscimo no IMI em cerca de 200%, face àquilo que a Câmara Municipal oferece deveria ter e conceder isenção quase completa deste imposto.

Festas e festinhas e ver passar os ciclistas não melhora a qualidade de vida dos Terrabourenses. E, aproveitando que vamos enviar cópia desta Declaração de Voto e respectivo registo em ata à Sr.ª Ministra das Finanças, vamos, junto daquele Ministério, enaltecer o facto dos impostos como o IMI serem liquidados e cobrados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira que, a ser realizado pela Autarquia Local, como é desejo de alguns Municípios, seguiria o exemplo vergonhoso e incompetente da cobrança de água e resíduos pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, presidida pelo Dr. Joaquim Cracel Viana, que deixa e vai deixando, dolosa e conscientemente, prescrever dívidas cujo montante já ultrapassará os 200 mil euros.---

(Fim de transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT.) -----

---- Ainda sobre o segundo ponto, o senhor deputado José Alberto Martins, da "Coligação Juntos por Terras de Bouro", pediu a palavra para frisar que esta deliberação é da competência da assembleia municipal, já que o diploma governamental não impõe nada neste sentido. -----

---- O senhor presidente da Câmara Municipal usou ainda da palavra neste período para sublinhar que o senhor deputado José Alberto Martins tem toda a razão ao valorizar a decisão da Assembleia Municipal na redução do IMI, uma vez que o Governo permite a diminuição da taxa do IMI, que não é suportada pelo orçamento do Estado, mas à custa dos orçamentos municipais. De facto, a redução do IMI manifesta-se na receita municipal e não na receita do Estado, situação que o senhor deputado Manuel Sousa do MPT não evidencia ou omite na sua declaração de voto. Este deputado agradece "à Senhora Ministra das Finanças" tal medida, quando deveria agradecer às câmaras municipais e às assembleias municipais que deliberam a redução de impostos. O senhor presidente acrescentou que gostaria de agradecer à senhora Ministra das Finanças e ao Governo se reduzisse as taxas do IVA ou do IRS, que nos últimos quatro anos têm aumentado exageradamente e penalizado gravemente os portugueses. -----

----- Ainda sobre a declaração do senhor deputado Manuel Sousa sobre a redução do IMI em Terras de Bouro, o senhor presidente esclareceu que nunca pôs em causa a cobrança dos impostos pela Autoridade Tributária e Aduaneira nem deseja que essa competência seja transferida para as autarquias e manifestou o seu total desacordo com as afirmações do mesmo deputado sobre a prescrição de dívidas ao município e sobre o montante de duzentos mil euros prescritos que não passa de uma invenção do mesmo deputado. -----

----- Colocado logo depois à votação, o segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor presidente da Câmara informou que a fixação da taxa pretendida pelo Município na participação varável no IRS e por uma questão de justiça social, para o ano de dois mil e dezasseis, é de cinco por cento. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, pediu novamente a palavra o senhor deputado João Luís Esteves para ler a declaração de voto da “Coligação Juntos por Terras de Bouro” que justifica a opção tomada e que se apensa à documentação desta sessão. -----

----- Ainda sobre o terceiro ponto, o senhor deputado José Alberto Martins da “Coligação Juntos por Terras de Bouro” pediu a palavra para dizer que o que está em causa é a questão social das pessoas que mais ganham, mas que também pagam mais impostos, sendo assim muito subjetivo o conceito de “pessoas ricas”, aplicado pelo senhor presidente da câmara. -----

----- Colocado à votação, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com sete votos contra: cinco dos deputados da Coligação Juntos por Terras de Bouro, da presidente da Junta de Freguesia da Ribeira e do presidente da Junta de Freguesia de Souto. Registou-se ainda a abstenção dos presidentes da Junta de Freguesia de Covide e da União de Freguesias de Choreense e Monte. -----

---- Logo depois, o senhor presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor presidente da Câmara que, sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos, informou ser intenção do Município o lançamento de uma derrama de um, virgula quatro por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo de imediato colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

---- Seguidamente, o senhor presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor presidente da Câmara que, sobre o quinto ponto da ordem de trabalhos, informou que a proposta para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, ao abrigo do número dois do artigo centésimo sexto do referido diploma legal, para o ano de dois mil e dezasseis, é de zero, virgula vinte e cinco por cento..-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo de imediato colocado à votação e aprovado por maioria, com a abstenção do deputado do MPT.----

----- Continuando, o senhor presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor presidente da Câmara que, sobre o sexto ponto da ordem de trabalhos, afirmou que esta quarta revisão às GOP de dois mil e quinze se fica a dever à aprovação da candidatura "Reabilitação de Passeio Pedonal em Rio Caldo" e que originou um reforço financeiro do orçamento municipal no montante de quarenta e três mil e oitocentos e três euros.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo de imediato colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

---- Logo depois, o senhor presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor presidente da Câmara que, sobre o sétimo ponto da ordem de trabalhos, disse que no âmbito da Operação POVT - Mais Eficiência Energética na Iluminação Pública do Cávado, o Município de Terras de Bouro, para poder concretizar o investimento previsto nesta área, tem, obrigatoriamente, de aderir ao Fundo de Eficiência Energética, concretizado através de um Contrato de Partilha de Poupanças Liquidas que estabelece que o beneficiário deve entregar ao FEE um montante de partilha que não pode ser inferior a cinquenta por cento do valor do apoio comunitário concedido. Mais informou o senhor presidente que a entrega do montante a definir pelo POVT ocorrerá durante oitenta e quatro meses, com início em janeiro de dois mil e dezasseis, sendo que, nos moldes atrás referidos, se propõe agora nesta Assembleia Municipal a adesão do Município de Terras de Bouro ao Fundo de Eficiência Energética.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo de imediato colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

---- Logo depois, o senhor presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor presidente da Câmara que, sobre o oitavo ponto da ordem de trabalhos, apresentou as linhas e as informações gerais do relatório do Revisor Oficial de Contas da autarquia relativo ao primeiro semestre de dois mil e quinze, tendo concluído que, segundo esse relatório, as contas da autarquia não apresentam situações de desequilíbrio orçamental nem outras situações que exijam alteração significativa de procedimentos e opções políticas. -----

---- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, verificou-se a intervenção do senhor deputado do MPT, senhor Manuel Sousa, conforme intervenção que de seguida se transcreve:-----

-----*“Tal como é dito pelo Revisor Oficial de Contas, o presente relatório trata apenas a execução orçamental, o que, no meu entender, não acrescenta grandes análises; baseia-se apenas no balanço de situação na data de 30 de Junho de 2015 - por não ser obrigatório a elaboração de demonstrações financeiras.* -----

----- *As dívidas ao Município prevemos que continuem a aumentar, apesar do relatório indicar uma descida relacionada com o FEDER. Consideramos importante saber como está a decorrer, em detalhe, a recuperação dos valores de terceiros, tendo em conta o sucesso do plano que o Sr. Presidente nos apresentou no passado e que ainda hoje aqui foi referido. De referir que existe uma melhoria na tesouraria, o que nos deixa mais sossegados, pela entrada de 565 mil euros que permite o pagamento de salários dos funcionários; embora o relatório faça referência ao aumento dos custos com o pessoal na ordem dos 28 mil euros, em relação ao período homólogo do ano anterior, que o Sr. Presidente há pouco nos explicou. De acordo com o relatório, a dívida a terceiros desceu, ainda bem, essencialmente a que está relacionada com o cumprimento dos pagamentos dos empréstimos bancários e pagamento do FAM, a que o município é obrigado. Esperemos que os pagamentos a fornecedores também estejam em descida, apesar da estabilização nos 300 mil euros. Gostaria de acreditar que se trate de um montante transitório, embora receie que este valor seja difícil de baixar. Dado se tratar de uma mera gestão corrente, o revisor nem sequer apresenta qualquer conclusão sobre o relatório. No meu entender, desejo que o próximo relatório de contas, referente ao segundo semestre, contenha mais dados acerca da situação*

financeira do município de forma acreditar na recuperação e no cumprimento dos seus deveres." -----

(Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.)-----

--- Foi assim deliberado tomar conhecimento, conforme a lei, do oitavo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Sendo zero horas e trinta minutos, e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor presidente deste órgão e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

